INVISIBILIDADE E ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO NO BRASIL - UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS RECENTES



SARAH NARANJO VIANA
Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Ibirapuera (2007); especialista em Atendimento Educação especializado pela Faculdade Unificada do Estado de São Paulo (2022); Professora de Atendimento Educacional Especializado na EMEI Vila Natal.

RESUMO

As Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) ainda ocupam um lugar pouco evidenciado no cotidiano escolar brasileiro. Embora exista respaldo legal e um aumento gradual das produções acadêmicas na área, esse público segue, muitas vezes, à margem das práticas pedagógicas mais sistematizadas. Este artigo tem como objetivo analisar a produção científica nacional recente sobre o atendimento educacional voltado a estudantes com AH/SD, considerando avanços, desafios e lacunas que persistem. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, construída a partir da leitura e análise de artigos, dissertações e teses publicados entre 2012 e 2022. O percurso de análise buscou compreender como políticas públicas, práticas inclusivas e o Atendimento Educacional Especializado vêm sendo discutidos e, sobretudo, como essas discussões se aproximam — ou se distanciam — da realidade escolar. Os resultados indicam que, apesar de progressos no campo normativo, a identificação desses estudantes ainda acontece de forma restrita. O atendimento educacional, por sua vez, tende a ser fragmentado, atravessado por desconhecimento, crenças arraigadas e lacunas na formação docente. Conclui-se que ampliar o debate, investir na formação dos profissionais da educação e fortalecer práticas pedagógicas intencionais são movimentos indispensáveis para que esses estudantes deixem de ocupar um lugar invisível e passem a ter suas potencialidades efetivamente reconhecidas e desenvolvidas.

PALAVRAS-CHAVE: Altas habilidades/superdotação; Educação inclusiva; Atendimento educacional especializado.

INTRODUÇÃO

Falar em educação inclusiva é, antes de tudo, assumir um compromisso: o de reconhecer que aprender não acontece da mesma forma para todos. Cada estudante traz consigo modos próprios de pensar, de se expressar e de se relacionar com o conhecimento.

Nesse cenário, os alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) fazem parte do público-alvo da Educação Especial e demandam um olhar que vá além daquilo que, muitas vezes, aparece de forma mais evidente: o desempenho acadêmico elevado.

Ainda assim, na prática, esses estudantes seguem pouco visíveis. Não porque não estejam presentes nas escolas — estão —, mas porque, frequentemente, não são reconhecidos como sujeitos que também necessitam de acompanhamento, escuta e intervenção pedagógica intencional.

Historicamente, as AH/SD foram cercadas por ideias simplificadoras. A mais recorrente delas talvez seja a noção de que esses alunos “dão conta sozinhos”. Essa leitura, embora comum, desconsidera aspectos importantes do desenvolvimento, especialmente aqueles relacionados às dimensões socioemocionais.

É nesse ponto que o tema se complexifica: ao mesmo tempo em que apresentam potencial elevado, esses estudantes podem vivenciar frustrações, isolamento e desmotivação quando suas necessidades não são contempladas.

Além disso, é importante considerar que a escola, enquanto espaço formativo, ainda tende a valorizar padrões de desempenho mais homogêneos. Aquilo que escapa ao esperado — seja por dificuldade, seja por um potencial acima da média — nem sempre encontra lugar nas práticas pedagógicas cotidianas. Nesse movimento, estudantes com AH/SD podem acabar se adaptando ao mínimo exigido, ocultando suas capacidades como estratégia de pertencimento.

Outro aspecto que atravessa essa discussão diz respeito à forma como o sucesso escolar é compreendido. Frequentemente, associa-se altas habilidades a notas elevadas e comportamento exemplar, ignorando que muitos desses estudantes podem apresentar desinteresse, questionamento constante ou até resistência a propostas pouco desafiadoras. Esses sinais, quando não compreendidos, podem ser interpretados como desmotivação ou indisciplina, o que contribui ainda mais para sua invisibilidade.

Por fim, cabe destacar que a ausência de identificação e de atendimento adequado não impacta apenas o desenvolvimento acadêmico. Há implicações importantes no campo emocional, na construção da autoestima e na relação com a escola. Quando não reconhecidos, esses estudantes podem internalizar a sensação de não pertencimento, o que, ao longo do tempo, interfere diretamente em sua trajetória escolar.

Diante disso, este artigo se debruça sobre uma questão central: o que as pesquisas brasileiras mais recentes têm revelado sobre o atendimento educacional destinado a estudantes com AH/SD? A partir de uma revisão bibliográfica, busca-se não apenas sistematizar o que já foi produzido, mas tensionar o que ainda precisa avançar.

A COMPLEXIDADE DAS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Reduzir as AH/SD a desempenho escolar elevado é, no mínimo, insuficiente. Ao longo das últimas décadas, diferentes autores têm contribuído para uma compreensão mais ampla desse fenômeno, destacando sua natureza multifacetada.

A perspectiva proposta por Renzulli, por exemplo, aponta para a articulação entre três dimensões: habilidades acima da média, criatividade e comprometimento com a tarefa. Nenhuma delas, isoladamente, é capaz de dar conta do fenômeno. É na interação entre essas dimensões que o potencial se manifesta.

Essa compreensão desloca o olhar. Deixa-se de buscar apenas “resultados” e passa-se a observar processos, interesses, formas de engajamento. E isso, no contexto escolar, faz toda a diferença.

Quando esse olhar não se estabelece, há um risco concreto: o de que estudantes com potencial elevado passem despercebidos — sobretudo aqueles que não se encaixam em perfis mais esperados ou que não apresentam rendimento escolar excepcional de forma constante.

ENTRE O RECONHECIMENTO LEGAL E A REALIDADE ESCOLAR

No plano das políticas públicas, houve avanços importantes. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reconhece os estudantes com AH/SD como sujeitos de direito e assegura o acesso ao Atendimento Educacional Especializado.

No entanto, entre o que está previsto nos documentos e o que se concretiza na escola, há um percurso que nem sempre se efetiva.

A literatura aponta uma discrepância significativa entre o número estimado de estudantes com AH/SD e aqueles registrados oficialmente. Esse dado não é apenas estatístico — ele revela uma dinâmica de invisibilização.

E essa invisibilidade não é aleatória. Ela se sustenta em diferentes fatores: ausência de formação específica, falta de instrumentos de identificação, fragilidade institucional e, não raramente, uma percepção equivocada de que não há urgência nesse atendimento.

PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO: ENTRE O OLHAR E A AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS CLAROS

Identificar estudantes com AH/SD continua sendo um dos maiores desafios enfrentados pelas escolas.

Em muitos contextos, essa identificação depende quase exclusivamente do olhar do professor. Um olhar que, embora potente, nem sempre está apoiado por formação teórica consistente ou

por instrumentos sistematizados.

Além disso, ainda persiste a ideia de que apenas estudantes com rendimento acadêmico elevado devem ser considerados. Com isso, perfis que fogem desse padrão — como aqueles com criatividade acentuada, pensamento divergente ou talentos específicos — acabam não sendo observados.

Outro ponto que merece atenção é a influência de fatores culturais e sociais. Estudantes em contextos de vulnerabilidade, por exemplo, têm menos chances de serem reconhecidos, o que amplia desigualdades já existentes.

FORMAÇÃO DOCENTE: UM PONTO SENSÍVEL E DECISIVO

Ao analisar as produções científicas, torna-se evidente que a formação docente ocupa um lugar central nessa discussão. E aqui cabe uma observação importante: não se trata apenas de oferecer cursos ou conteúdo.

Trata-se de possibilitar ao professor uma mudança de olhar.

Atualmente, muitos cursos de formação inicial abordam as AH/SD de forma superficial — quando abordam. Já na formação continuada, o tema costuma aparecer de maneira pontual, sem aprofundamento ou articulação com a prática.

O resultado disso é um professor que, muitas vezes, não se sente seguro para identificar, nem para intervir.

E, sem essa segurança, a tendência é que o tema vá sendo deixado de lado, não por descaso, mas por falta de repertório.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: ENTRE INTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Quando se volta o olhar para as práticas, o cenário ainda mostra um caminho em construção.

As pesquisas apontam para a importância de estratégias como enriquecimento curricular, flexibilização de propostas, trabalho por projetos e valorização dos interesses dos estudantes. No papel, essas ideias aparecem com consistência.

Na prática, porém, sua implementação ainda encontra obstáculos concretos: tempo reduzido, falta de apoio institucional, turmas numerosas e ausência de planejamento coletivo.

Ainda assim, quando essas práticas acontecem — mesmo que de forma pontual —, os impactos são visíveis: maior engajamento, ampliação da autonomia e fortalecimento do vínculo com a escola.

O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O AEE surge, nesse contexto, como um espaço potente. Não apenas como complemento da escolarização, mas como um lugar de reconhecimento das potencialidades dos estudantes.

No entanto, sua efetivação ainda ocorre de maneira desigual. Há escolas que estruturam esse atendimento com intencionalidade; outras, sequer conseguem mantê-lo de forma contínua.

Questões como infraestrutura, número reduzido de profissionais e ausência de diretrizes mais operacionais impactam diretamente na qualidade desse serviço.

O que se observa, muitas vezes, é um atendimento que depende mais do engajamento individual do professor do que de uma política institucional consolidada.

FAMÍLIA E ESCOLA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL (E NECESSÁRIA)

Um aspecto que aparece, ainda que de forma mais discreta nas produções, diz respeito à relação com as famílias.

Em muitos casos, os familiares percebem características diferenciadas nas crianças, mas não encontram respaldo na escola. Em outros, ocorre o inverso: a escola identifica indícios, mas enfrenta resistência ou desconhecimento por parte da família.

Fortalecer essa relação é fundamental. Isso implica construir espaços de diálogo, compartilhar informações e, principalmente, alinhar expectativas.

Quando escola e família conseguem atuar em parceria, os caminhos tendem a se tornar mais consistentes.

CAMINHOS POSSÍVEIS: ENTRE DESAFIOS REAIS E AVANÇOS NECESSÁRIOS

Diante do que foi analisado, alguns caminhos se delineiam com maior clareza.

Investir na formação docente é um deles — não de forma pontual, mas continuada e articulada com a prática.

Ampliar o acesso a instrumentos de identificação também se coloca como uma necessidade, assim como fortalecer o papel do AEE dentro das redes de ensino.

Além disso, é preciso construir uma cultura escolar que reconheça a diversidade em todas as suas formas. Isso inclui, necessariamente, olhar para os estudantes com AH/SD não como exceção, mas como parte integrante do cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, tornou-se possível perceber que os avanços existentes — especialmente no campo legal — ainda não se traduzem plenamente no cotidiano das escolas.

A invisibilidade dos estudantes com AH/SD não é resultado de um único fator, mas de um conjunto de condições que se articulam: falta de informação, formação insuficiente, ausência de políticas efetivas e práticas ainda pouco sistematizadas.

Romper com esse cenário exige mais do que reconhecimento formal. Exige ação.

Significa investir em formação, revisar práticas, fortalecer redes de apoio e, sobretudo, sustentar um olhar atento às potencialidades que, muitas vezes, passam despercebidas.

Garantir o direito à educação, nesse contexto, é também garantir o direito de ser visto — em sua singularidade, em seu ritmo, em seu modo próprio de aprender e existir na escola.

Contudo, é importante reconhecer que não se trata de um movimento simples ou imediato. A construção de práticas efetivamente inclusivas demanda tempo, reflexão coletiva e disposição para rever concepções historicamente enraizadas. Nesse processo, a escola precisa se permitir sair de um lugar de respostas prontas para ocupar um espaço de escuta, investigação e construção contínua.

Outro ponto que se evidencia é a necessidade de ampliar o diálogo entre produção acadêmica e prática pedagógica. Ainda há uma distância significativa entre o que se produz nas pesquisas e o que chega, de fato, ao cotidiano do professor. Aproximar esses dois campos não apenas qualifica a prática docente, como também contribui para que o conhecimento produzido cumpra sua função social de transformação.

Por fim, reafirma-se que dar visibilidade aos estudantes com AH/SD não implica criar privilégios, mas assegurar equidade. Trata-se de reconhecer que diferentes necessidades demandam diferentes respostas. Quando a escola se organiza para acolher essas diferenças, ela não beneficia apenas um grupo específico, mas se fortalece como um espaço mais sensível, mais justo e, sobretudo, mais coerente com o princípio de que todos têm direito de aprender — inclusive aqueles cujo potencial, por muito tempo, permaneceu invisível.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice Soriano de; FLEITH, Denise de Souza. **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento.** 2. ed. São Paulo: EPU, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DELOU, Cristina Maria Carvalho. **Educação do aluno com altas habilidades/superdotação: legislação e políticas educacionais para a inclusão.** In: FLEITH, Denise de Souza. **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação.** Brasília: MEC, 200**7.**

FREITAS, Soraia Napoleão; PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera. **Políticas públicas para as altas habilidades/superdotação: incluir ainda é preciso.** Revista Educação Especial, v. 27, n. 50, p. 627-640, 2014.

RENZULLI, Joseph S. **The three-ring conception of giftedness: a developmental model for creative productivity**. Connecticut: Creative Learning Press, 1986.

VIRGOLIM, Ângela Magda Rodrigues. **Altas habilidades/superdotação: encorajando potenciais.** Brasília: Ministério da Educação, 2007.